



DF CORRE RISCO DE QUEBRAR

Com base em estudo feito pela Secretaria de Economia, especialistas apontam perigo de colapso nas finanças da capital, caso haja mudança de cálculo do fundo. Ao **Correio**, Gleisi Hoffmann afirmou que orientação da legenda é votar com o governo

» MILA FERREIRA
» PABLO GIOVANNI

Ed Alves/CB/D. A. Press



Perdas para o DF somariam mais de R\$ 100 bilhões se o FCDF, desde a sua criação em 2002, tivesse sido reajustado com base no IPCA

Se a nova regra de cálculo da correção do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) for aprovada pelo Congresso, o DF vai quebrar. É a previsão de especialistas ouvidos pelo **Correio** após análise de um estudo da Secretaria de Economia, que mostra a diferença de crescimento dos recursos do fundo considerando a regra atual e a possível alteração. O levantamento mostra que as perdas somariam mais de R\$ 100 bilhões se o FCDF, desde a sua criação em 2002, tivesse sido reajustado ano a ano com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), como propõe o governo federal, em vez de ser definido com base na Receita Corrente Líquida (RCL), como ocorreu, seguindo as regras em vigor.

De autoria do deputado José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Câmara dos Deputados, o projeto tramita em regime de urgência e deve ser apreciado a qualquer momento. A presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), Gleisi Hoffmann, falou com exclusividade ao **Correio** e afirmou que a orientação aos parlamentares é pela aprovação do projeto do governo. “Vamos apoiar a proposta do Ministério da Fazenda em relação ao FCDF”, cravou Gleisi.

A bancada de deputados federais do PT, a segunda maior da Câmara, com 68 parlamentares, se reunirá às 19h de hoje na liderança do partido para bater o martelo quanto à questão.

Se a proposta for aprovada, os repasses previstos para 2025 vão cair de R\$ 25,1 bilhões para R\$ 24,3 bilhões, uma perda de R\$ 751 milhões. O déficit tende a crescer ao longo dos anos. Para o advogado especialista em direito tributário e relações governamentais, Asafe Gonçalves, o impacto pode ser devastador, comprometendo o crescimento da capital federal e gerando um desequilíbrio fiscal significativo, já que o fundo deixaria de ser ajustado adequadamente para atender às demandas crescentes.

“A redução progressiva dos recursos comprometeria o aparelhamento, a formação continuada e a contratação de novos agentes na segurança pública, enfraquecendo a capacidade de resposta às demandas da capital federal. Já vimos outros estados enfrentarem o colapso na segurança pública, como no Rio de Janeiro, que, em determinado momento, utilizou a falta de verba como justificativa para recorrer ao fundo constitucional como manobra orçamentária”, explicou o advogado.

Gonçalves também destacou que o modelo atual reflete o aumento real das receitas tributárias federais, que frequentemente crescem acima da inflação, enquanto o IPCA restringiria os reajustes ao índice inflacionário. “É importante lembrar que Brasília não possui autonomia plena de arrecadação e depende, por determinação constitucional, do apoio da União para cumprir suas funções como capital do país. A proposta, ao limitar os repasses, transfere para o DF a

responsabilidade de equilibrar as contas, sem oferecer alternativas viáveis”, concluiu.

O especialista salientou que eventuais mudanças no cálculo do fundo podem causar uma ruptura significativa para o DF, uma vez que a falta de recursos para honrar compromissos com os servidores fragiliza diretamente a economia local. “Com a mudança no cálculo do Fundo Constitucional, o DF quebra. Porque, se analisarmos a composição da receita, veremos que boa parte dos recursos utilizados para manter o funcionamento do maquinário público e estatal vem desse fundo”, explicou.

Ele ainda alertou para os impactos que alterações poderiam trazer às contas públicas. “Qualquer mudança que afete o Fundo Constitucional terá consequências graves. Nenhum estado, e muito menos o DF, está preparado para a redução de um recurso tão essencial para sua receita. O DF, em particular, não possui grandes indústrias ou outros motores econômicos capazes de sustentar sua economia de forma independente”, completou.

O advogado especialista em direito tributário Vítor França Celestino destacou que, embora a mudança no Fundo Constitucional tenha pouco impacto para o governo federal, seus efeitos sobre os cofres do DF seriam expressivos. “Em média, nos últimos anos, pelo menos 35% do orçamento total do Distrito Federal veio do fundo. Se a justificativa do governo federal para modificar o cálculo é o corte de gastos públicos, esse corte representará, como em 2024, apenas 0,46% das despesas públicas federais. Ou seja, o impacto nas contas da União seria praticamente nada, mas terá grande impacto nas contas do Distrito Federal”, afirmou.

Apoios

Até o momento, o PT é o único partido que se manifestou publicamente favorável às alterações no Fundo Constitucional (veja quadro). Além do apoio das legendas que o **Correio** já havia divulgado, o presidente do Partido da Social Democracia Brasileira

Porcentagens de variação da Receita Corrente Líquida (RCL) e do IPCA



ANO	Variação pela RCL da União		IPCA do período		DIFERENÇA
	ÍNDICE	VALOR	ÍNDICE	VALOR	
2003		3.356.357.954,08		3.356.357.954,08	
2004	19,16%	3.999.487.417,78	15,43%	3.874.223.518,89	125.263.898,89
2005	11,25%	4.449.279.076,00	6,81%	4.138.119.626,03	311.159.449,97
2006	18,19%	5.258.515.452,00	6,57%	4.409.833.296,14	848.682.155,87
2007	15,15%	6.054.980.101,53	3,97%	4.584.761.853,31	1.470.218.248,22
2008	8,96%	6.597.284.327,00	3,74%	4.756.319.588,71	1.840.964.738,29
2009	18,91%	7.844.958.082,00	6,37%	5.059.143.888,29	2.785.814.193,71
2010	-2,02%	7.686.171.324,00	4,50%	5.286.379.780,06	2.399.791.543,94
2011	13,82%	8.748.271.757,00	4,60%	5.530.105.906,28	3.218.165.850,72
2012	13,94%	9.967.887.188,00	6,87%	5.910.064.067,05	4.057.823.120,95
2013	7,29%	10.694.396.470,00	5,20%	6.217.304.069,18	4.477.092.400,82
2014	9,07%	11.664.812.281,00	6,27%	6.607.163.807,38	5.057.648.473,62
2015	6,30%	12.399.541.239,00	6,50%	7.036.782.408,39	5.362.758.830,61
2016	-3,89%	12.018.081.127,00	9,56%	7.709.408.135,89	4.308.672.991,11
2017	9,99%	13.218.604.133,00	8,74%	8.382.918.285,18	4.835.685.847,82
2018	3,57%	13.691.017.785,00	2,71%	8.610.217.590,12	5.080.800.194,88
2019	4,46%	14.302.079.961,00	4,48%	8.996.358.553,97	5.305.721.407,03
2020	9,76%	15.697.985.449,00	3,22%	9.286.237.141,27	6.411.748.307,73
2021	1,03%	15.859.387.854,00	2,31%	9.500.836.825,14	6.359.061.028,86
2022	2,60%	16.271.703.124,10	8,99%	10.354.847.596,86	5.916.855.527,24
2023	41,38%	23.004.589.479,00	10,07%	11.397.301.555,81	11.607.287.923,19
2023	1,63%	23.380.426.414,00	3,99%	11.852.540.410,13	11.527.886.003,87
2024	7,44%	25.120.911.614,00	4,23%	12.353.615.829,36	12.767.295.784,64

Total acumulado: 106.076.564.054,50

Fonte: Secretaria de Economia - DF

(PSDB), Marconi Perillo defendeu o FCDF. “Eu acompanhei de perto, há cerca de 25 anos, a criação do Fundo Constitucional. Na época, o governador era Roriz (João Roriz) e o presidente da República era Fernando Henrique Cardoso. Todos nós fizemos uma

ampla mobilização para que esse fundo fosse aprovado. E qual era o argumento? Brasília é a sede dos Poderes, a capital do Brasil. Precisa de recursos para garantir segurança para as instituições, saúde para as pessoas que vivem em Brasília, educação de qualidade

e, é claro, infraestrutura”, destacou Marconi Perillo.

O presidente regional do Partido Republicano Democrático (PRD), Lucas Kontoyanis, também saiu em defesa do Fundo Constitucional. “O PRD firmou seu veemente posicionamento contra

Posicionamento partidos

- » Declararam apoio: MDB, Republicanos, PP, União Brasil, PSB, PL, PSD, PSDB, PRD
- » Não se posicionaram ainda: Avante, Novo, PV, PSOL, Solidariedade, Podemos, Cidadania, PDT
- » Não apoiam: PT

qualquer ação que redunde em prejuízo do desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal, incluído aí a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de gastos, enviada pelo governo federal ao Congresso Nacional, que aponta para a diminuição de receitas do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF)”, disse.

Ex-governadores

José Roberto Arruda (PL) e Cristovam Buarque (Cidadania) reforçaram a importância do Fundo Constitucional para o DF. Em vídeo publicado no Instagram, Arruda lembrou que, desde 1960, o governo federal transfere para Brasília as despesas relativas à educação, saúde e segurança pública. “Mas, o fazia sempre de forma voluntária. No governo Fernando Henrique, eu era líder no Senado e, liderados pelo então governador Roriz, fizemos uma grande mobilização no Congresso Nacional e conseguimos escrever na Constituição Federal o fundo do DF. A partir de 2002, essas transferências passaram a ser obrigatórias, o que foi uma grande vitória para Brasília”, afirmou. “Mudar a fórmula de correção do fundo trará, certamente, um prejuízo muito grande para Brasília daqui para frente. Evitar isso é uma tarefa difícil”, pondera, concluindo que confia no poder de convencimento dos deputados e senadores do DF.

Presidente regional do Cidadania e ex-governador do DF, Cristovam Buarque lembrou que, por ter sido governador do DF quando não existia o Fundo Constitucional, sabe o quanto o recurso é necessário. “De todos os presidentes de partido, eu sou aquele que mais defende o fundo. Sei o quanto sofreu quando era governador tendo que pedir ajuda aqui e ali. O fundo é fundamental para que os governadores do DF possam realizar o seu trabalho sem depender da boa vontade do presidente da República”, acrescentou.

Por outro lado, Cristovam reconheceu a necessidade do governo federal de promover um corte de gastos. “De fato, o Brasil está vivendo uma crise fiscal muito séria e o DF não pode ignorar isso. Temos que lutar pelo fundo, o nosso partido é a favor do fundo, mas temos consciência nacional de brasileiros e não apenas de brasilienses. Queremos defender o nosso sendo solidários com o resto do país”, ponderou. “Deveria haver uma auditoria e mais transparência com relação aos gastos dos recursos do fundo. Precisamos ter credibilidade para defendê-lo”, finalizou.